



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO**

Rua Alberina Pessoa, 51 – Centro - 35179-000 - MG

(31) 3251-6341 - (31) 3251-6338

<https://www.santanadoparaíso.mg.leg.br>

## **PROJETO DE LEI Nº 1412**

***Dispõe sobre o fornecimento emergencial de  
água, em caso de interrupção programada pela  
Concessionária contratada no município de  
Santana do Paraíso e dá outras providências.***

*O município de Santana do Paraíso, por meio de seus representantes legais, na Câmara Municipal, aprova a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Dispõe sobre o fornecimento emergencial de água, em situações de interrupção programada de abastecimento no município de Santana do Paraíso.

**Art. 2º** As interrupções programadas deverão ser informadas previamente aos consumidores afetados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por seus devidos meios de comunicação, como redes sociais, rádio local e veículos de propagandas, especificando-se a duração da interrupção e a previsão de normalização do abastecimento.

**Art. 3º** O prestador, a partir de 12 horas de interrupção programada de abastecimento, deverá realizar abastecimento emergencial de água com qualidade e em quantidade o suficiente para assegurar a saúde e a dignidade dos usuários;

**Parágrafo Único** – Poderá ser realizado por caminhões-pipa, reservatórios móveis ou outras tecnologias adequadas, conforme estabelecido pelas autoridades competentes.

**Art. 4º** Não poderá gerar custos adicionais aos usuários.

**Art. 5º** O não cumprimento do dever de fornecimento emergencial de água de que trata

PROTOCOLADO  
15/05/2023  
JPR/ino  
SECRETARIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO**

Rua Alberina Pessoa, 51 – Centro - 35179-000 - MG

(31) 3251-6341 - (31) 3251-6338

<https://www.santanadoparaíso.mg.leg.br>

---

o caput deste artigo sujeita os prestadores à multa proporcional ao número de usuários afetados.

**Art. 6º** A concessionária terá um prazo estipulado de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei para se adequar.

Santana do Paraíso, 15 de maio de 2025.

**Arnaldo da Motta**  
**Vereador**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO**

Rua Alberina Pessoa, 51 – Centro - 35179-000 - MG

(31) 3251-6341 - (31) 3251-6338

<https://www.santanadoparaíso.mg.leg.br>

### **JUSTIFICATIVA**

O direito ao acesso à água potável está intrinsecamente relacionado ao direito à vida e à saúde, questão formalmente pacificada pela Resolução 64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), aprovada em 28 de julho de 2010. A referida resolução reconheceu o direito à água como direito humano, derivado do direito à vida e à saúde, de modo que os Estados devem assegurar todas as medidas necessárias para garantir o exercício desse direito por todos os seus cidadãos. O projeto de lei em epígrafe, ao criar mecanismos para assegurar a manutenção do fornecimento de água durante os períodos de interrupção programada, fortalece o cumprimento das obrigações derivadas da Resolução 64/292. Ao impor às prestadoras a responsabilidade de garantir o abastecimento emergencial e ao estabelecer uma ordem de prioridade que favorece aqueles em maior vulnerabilidade, o projeto se alinha com os princípios estabelecidos pela ONU, garantindo que o acesso à água seja preservado mesmo em situações de escassez temporária. A inclusão da obrigatoriedade de comunicar previamente as interrupções, com um mínimo de 72 horas de antecedência, reforça a transparência e a previsibilidade, permitindo que as comunidades e os serviços essenciais possam se preparar para mitigar os impactos de eventuais interrupções. Ademais, a previsão de sanções para o descumprimento do fornecimento emergencial de água, incluindo multas proporcionais ao número de usuários afetados, cria um incentivo adicional para que as prestadoras de serviços cumpram suas obrigações com seriedade e responsabilidade.

Santana do Paraíso, 15 de maio de 2025.

Atenciosamente;

**Arnaldo da Motta**  
Vereador